

ESTADO DE SÃO PAULO

Orçamento é de Cr\$ 8,6 trilhões

31 AGO 1990

BRASÍLIA — O governo enviou, ontem, ao Congresso, o projeto de lei orçamentária de 1991, que estima as receitas e as despesas em Cr\$ 8,677 trilhões, mas não encaminhou o plano plurianual 1991-1995. A Constituição determina que os dois projetos devem ser enviados ao Legislativo até hoje. Mais de 50% da receita será obtida com recursos tributários (Cr\$ 2,115 trilhões) e de contribuições (Cr\$ 2,715 trilhões). Uma parte considerável — Cr\$ 2,246 trilhões — será de operações de créditos internas. O orçamento de investimentos é de Cr\$ 838,9 bilhões, sendo Cr\$ 672,3 bilhões para o Ministério da Infra-Estrutura, onde se concentram as empresas estatais. Os valores têm como referência os preços de maio.

Do orçamento de investimen-

tos, Cr\$ 596,3 bilhões serão criados pelas próprias empresas e por recursos de longo prazo. Para o aumento do patrimônio líquido das estatais, o Tesouro desembolsará no ano que vem Cr\$ 40,6 bilhões. Outras fontes, não especificadas no anexo divulgado ontem à noite pelo Palácio do Planalto, participarão no aumento patrimonial com Cr\$ 90,2 bilhões.

O orçamento de investimentos prevê ainda operações de crédito internas de Cr\$ 63 bilhões, e, externas, de Cr\$ 48,7 bilhões.

Fontes da Comissão Mista de Orçamento observaram que a discussão do orçamento no Congresso ficará prejudicada se o governo não mandar a tempo o plano plurianual 1991-1995. No projeto de Lei de

Diretrizes Orçamentárias que encaminhou, há dois meses, ao Congresso, o governo se comprometeu a estabelecer as metas e prioridades no plano plurianual e não na LDO. A Comissão Mista do Congresso acolheu o procedimento, mas o governo não enviou o plano plurianual. Segundo o parágrafo do 1º artigo 165 da Constituição, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

a tramitação normal da lei orçamentária no Congresso só começará em outubro, depois das eleições.